

# 2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

## Agricultura Familiar e o Estado: Uma Analise Interpretativa

Camila Maria Santos de Pinho<sup>1</sup>  
Edir Vilmar Henig<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo faz uma avaliação da agricultura familiar e a promoção social do trabalhador rural, frente à presença do Estado e de suas ações para a atividade. Incentivados pela inovação tecnológica ocorridas no campo nas ultimas décadas, a atividade vem alterando as relações sociais de trabalho e renda, e neste contexto insere-se a sociedade civil na busca por politica que atendam as necessidades desta classe. Sendo assim este trabalho se objetiva pela necessidade de estudar a agricultura familiar, e a presença do Estado, que garantam a permanência dos pequenos produtores no campo, inibindo assim o êxodo rural, possuindo fundamental importância na geração de emprego e renda, e principalmente a emancipação humana, econômica, social e sustentável da classe, tendo como metodologia o levantamento bibliográfico. Por fim, cabe ressaltar ainda que uma atividade como esta deve ser bem planejada, com participação de todos os atores envolvidos, para evitar impactos irreversíveis, principalmente no que diz respeito à economia regional.

**Palavras Chaves:** Agricultura familiar. Estado. Sociedade Civil.

**ABSTRACT:** The article is a review of family agriculture and promoting rural social worker, opposite the presence of the state and its actions to the activity. Encouraged by technological innovation occurring in the field in recent decades, the activity is altering the social relations of work and income, and in this context is part of the civil society in the search for policy that meet the needs of this class. Thus, this work is objectified by the need to study the family farm, and the presence of the State, to ensure the permanence of small producers in the field, thereby inhibiting the rural exodus, having fundamental importance in the generation of employment and income, and mostly human emancipation, economic, social and sustainable class, and as the literature survey methodology. Finally, it is worth noting that an activity such as this should be well planned with participation of all stakeholders, to avoid irreversible impacts, especially with regard to the regional economy.

**Key Words:** Family farming. State. Civil Society.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se caracteriza pela forte correlação entre terra, trabalho, e família, o que deve ser destacado como importante modelo produtivo, relevante para a

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. camila\_mariapinho@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas, pela Universidade de Coimbra – Portugal. Bolsista do CAPES - Programa Ciências sem Fronteira. edirhenig@hotmail.com

economia brasileira, pois além de produzir gêneros alimentícios para o mercado interno, ainda supre as necessidades dos grupos familiares envolvidos na produção.

A consolidação do capitalismo no cenário agrícola do país tem seu inicio na década de 1960, quando ocorre forte modernização no setor, ao visar o aumento da produtividade intensiva, ou seja, aumento da produção com a utilização a mesma área plantada, para isso chegar a estes resultados, aumentou-se a mecanização e a químificação das lavouras.

É importante destacar o reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de direitos, muito embora recente na história brasileira. Foi a partir de 1990 que começaram no âmbito do Estado a preocupação em elaborar políticas públicas específicas para a agricultura familiar, o que passou a reconhecer legalmente a atividade. Sendo que a primeira conquista da agricultura familiar foi o Pronaf<sup>3</sup>, criado em 1995, reconhecido como marco oficial e inicial que define a atividade como categoria produtiva e como profissão no mundo do trabalho, apesar desta conquista obtida, a trajetória de lutas desta classe trabalhadora é longa e apresentam vários entraves e avanços.

E neste caminho, o presente artigo se objetiva a trazer à luz a presença do Estado na atividade agrícola familiar, que emerge como sujeitos de direitos, e contribuir com o debate oferecendo referencial que permita entendê-la e reafirmar a devida importância do tema. A justificativa se dá em acrescentar ao debate novas perspectivas, baseado em autores e referencial teórico que destaquem a relevância do Estado no reconhecimento da agricultura familiar, ao levar em conta, que a atividade é responsável pela geração de emprego e renda de inúmeras famílias. Temos como caminho metodológico para explorar a trajetória política e da constituição dos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, o levantamento bibliográfico e na legislação própria da atividade, que nos mostram os embates e disputas que culminaram na efetivação tímida, ou pelo menos nos marcos legais das políticas a eles voltados.

## **A PRESENÇA DO ESTADO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

A discussão em torno da agricultura familiar tem sua difusão relativamente nova, sendo que é incorporado ao alvo de políticas públicas a partir de 1990 e encarada até então como agricultura de subsistência, pequena produção, camponês entre outras nominações, e destacada por SCHNEIDER (2009) como “forma social reconhecida e legitimada na maioria

---

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado pelo Decreto presidencial nº. 1.946, de julho de 1996.

dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agraria é majoritariamente composta por exploração nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva”.

Ao lançar um olhar diferente sobre a atividade, percebemos que a mesma inclui profundas raízes históricas relacionadas ao campesinato ao que apresenta ainda os mesmos problemas estruturais de outrora e que nunca foram resolvidos, como por exemplo, sua fragilidade nas condições da modernização brasileira, contando na maioria das vezes com a força braçal.

ALTAFIN (2003) destaca que o agricultor familiar é hoje um novo ator social, que surgiu recentemente “a partir dos interesses do Estado”, aponta ainda que através do debate em torno da questão agrária que se estabeleceu um marco teórico e político que balizam a atividade no Brasil.

Anteriormente esquecida pelas políticas do Estado, como lembra-nos PEDROSO (2001), “o governo brasileiro centralizou as decisões e realizou grandes investimentos em empresas estatais, além de ter concedido isenções de impostos e crédito subsidiado quase que exclusivamente para as grandes empresas”. Fica latente o privilégio oferecido à agricultura patronal que se modernizou com a participação do Estado, que financiou este desenvolvimento o que possibilitou a criação de complexos agroindustriais, a expansão da fronteira agrícola, e deixa a mercê os pequenos agricultores, denominada “modernização conservadora”.

As transformações da agricultura brasileira não fugiram à regra, permanecendo subordinadas às estratégias industrializantes, corroborando uma rápida modificação do quadro demográfico nacional que em 50 anos inverteu as participações das populações rural e urbana no país (de 70% de habitantes residentes no meio rural em 1930 para pouco menos que um terço da população total em 1980). O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro iria manter, contudo, as características históricas da nossa formação social, incluindo a elevada concentração fundiária, além de assistir às assimetrias que pautaram a trajetória da industrialização nacional (LEITE, 2005, p. 47).

Neste sentido, a ênfase dada por parte do Estado na articulação de uma série de características da dinâmica do “modelo” nacional de desenvolvimento e verdadeiramente, o Estado responsabilizou-se pela promoção do crescimento e administração do ciclo econômico, pela forma de distribuição da renda e da riqueza em geral e pelo controle dos interesses multinacionais em função da órbita doméstica.

Delgado (2009) comenta que a política macroeconômica da industrialização que visava a substituição de importação tendeu a penalizar a agricultura em todos os países da

América Latina, principalmente com a valorização das taxas cambiais, sendo que no Brasil a situação é mais complexa devido a franca industrialização do dito “milagre econômico” dos anos de 1970, o que atingiu principalmente os pequenos produtores rurais.

Os crescimentos alcançados nos anos de 1970 sofrem uma ruptura com a crise da década seguinte, corroborando para neutralizar as ações do Estado de viés antiagrícola, proporcionado anteriormente pela expansão industrial. No entanto, no final da década de 70, o Estado intervencionista entrou em crise, desencadeou uma série de fatores que afetaram o setor agropecuário, tais como a redução do volume de crédito e investimentos em pesquisas.

O termo sociedade civil entra em debate em meados dos anos de 1970, e é utilizado no Brasil, acentuado nos anos de 1980 e 1990, refletindo o surgimento em nosso país de uma nova realidade (COUTINHO, 2006). Ao entrar em cena a participação popular, amplia as possibilidades de acesso destes setores dentro da perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e do fortalecimento democrático, o que afirma os movimentos sociais voltados para o campo, no seu importante papel nas lutas pelos direitos.

O cenário econômico e político mundial passam a se firmar na globalização nos anos de 1980 e 1990 apontando para o Estado neoliberal, que reduz a intervenção do setor público e desloca algumas questões econômicas e sociais para as esferas do mercado e da sociedade civil. As ideias neoliberais ressaltaram, entre outras diretrizes, a redução do tamanho do Estado, a desregulamentação dos mercados, a política de privatizações e o enxugamento da máquina pública (SANTOS e ICHIKAWA, 2003).

A presença do Estado na elaboração e efetivação de programas de desenvolvimento rural foi reduzida com o passar dos anos, por outro lado, a sociedade civil começou a conquistar espaços democráticos e de participação. Dessa forma, a participação implica na formação de organizações associativas, conselhos gestores, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, entre outras.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar surge em 1996 com a incumbência de dinamizar o espaço rural brasileiro, através da viabilização de uma série de ações, em especial as de construção de infraestrutura necessária e as de financiamento de crédito aos agricultores familiares. Estas ações se constituem em eixos objetivados para garantir o aumento da produtividade e de melhoria das condições de vida de uma população que sempre esteve à margem do processo de desenvolvimento e da modernização conservadora, ocorrida na agricultura brasileira a partir de meados da década de 1960.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação do Estado, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores, que procuram suprir o estado de bem estar da categoria.

Transformar o agricultor em um cidadão moderno ou buscar garantir aos que estão no meio rural condições semelhantes àquelas que outros segmentos produtivos têm no meio urbano é uma alternativa que, orienta a atual intenção do Estado na agricultura familiar. Tal opção, porém, se sustenta na generalização da noção de trabalhador que não se molda na especificidade das condições de trabalho e de produção rurais.

O objetivo deste trabalho não é estabelecer aspectos conclusivos referentes ao tema proposto. A revisão literária apresentada, seguida de conceituação e discussão sobre as melhores formas de definir a agricultura familiar e suas conquistas no decorrer das ultimas décadas frente ao Estado e no contexto da participação da sociedade nas conquistas dos trabalhadores no campo, que não pode ser encarada como receita ou indicações infalíveis.

## **REFERENCIAS**

ALTAFIN, Iara Guimarães. *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira.* 225p. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias.* São Paulo: Cortez, 2006.

DELGADO, Nelson Giordano. Políticas econômicas, ajustes externos e agricultura. In: LEITE, Sergio. *Políticas públicas e agricultura familiar.* 2º Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

LEITE, Sergio Pereira. *Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro.* Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, 2005: 280-332.

PEDROSO, Maria Thereza Macedo. *Agricultura familiar sustentável: Conceitos, experiências e lições.* 110p. Dissertação de Mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA E. Y. Ciência, tecnologia e sociedade: visões sobre transformações da pesquisa agrícola no Brasil. *Organizações Rurais e Agroindustriais,* Lavras, v.5, n.2, p. 66-79 jul./dez. de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.